



Ministério da Educação  
Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica  
Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Reitoria

## **Estudo Técnico Preliminar**

**Modelo Conforme** [INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 40, DE 22 DE MAIO DE 2020](#)

### **1. Informações Básicas**

**Número do processo:** 23188.001835.2020-93

### **2. Descrição da necessidade**

2.1. Trata-se de estudo técnico preliminar para **Aquisição de produtos alimentícios (kits de alimentos) para distribuição aos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Diamantino e Sinop utilizando, além de demais recursos disponíveis, dos recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), com base na Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020.**

2.2. O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Mato Grosso tendo por finalidade o perfeito cumprimento de suas funções institucionais, devendo prover os meios que possibilitem a execução de suas metas relacionadas à política educacional do Governo Federal, buscando seguir as recomendações da Lei n. 11.346/2006 e a Portaria Interministerial n. 1.010, de 08/05/2006 do Ministério da Saúde, na qual institui diretrizes para a promoção da alimentação saudável.

2.3. Sabe-se que a alimentação é um direito social estabelecido no Artigo 6º da Constituição Federal Brasileira e o poder público deve adotar as políticas e as ações que se façam necessárias para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional da população, conforme disposto na Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006 ou Lei nº 11.346/2006, que cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar.

2.4. Para tal é necessário o fornecimento de refeições aos discentes, especialmente neste momento de estado de emergência em decorrência da Pandemia de COVID-19. A alimentação constitui uma das necessidades fundamentais para o ser humano. Além das implicações fisiológicas, envolve aspectos sociais, psicológicos e econômicos. Na missão educativa e social da escola oferecer uma refeição adequada em termos qualitativos e quantitativos, contribui para melhorar o desempenho e formação integral, bem como, diminuir a evasão escolar. Conforme cartilha apresentada pelo FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – que trata especificamente do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), além de demais orientações, o Estado tem a obrigação de prover, promover e garantir que os estudantes recebam alimentação durante o período em que estiverem na escola.

2.5. Ao longo dos anos, o PNAE se consolidou, também, como um importante programa de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) . Nesse momento excepcional, de calamidade pública e emergência de saúde pública, o PNAE deve continuar a promover a SAN e uma das possibilidades é por meio da distribuição dos gêneros alimentícios já adquiridos ou que vierem a ser adquiridos pela instituição

2.6. A Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou emergência em Saúde Pública em decorrência da infecção humana pelo coronavírus (COVID-19), e, em razão disso, por meio do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, o Brasil reconheceu o estado de calamidade pública e emergência de saúde pública de importância internacional. O Ministério da Saúde - MS, por meio da Portaria MS nº 356, recomendou medidas de isolamento social e quarentena, impactando na suspensão temporária do período letivo nas unidades da Federação, visando ao emprego urgente de medidas de prevenção, controle e contenção de riscos, danos e agravos à saúde pública, a fim de evitar a disseminação da doença.

2.7. A Lei nº 13.987/2020, regulamentada pela Resolução CD/FNDE nº 2/2020, autoriza, em caráter excepcional, a distribuição de gêneros alimentícios adquiridos com recursos do PNAE. Dito isto a aquisição de produtos alimentícios para a montagem de kits a serem distribuídos aos pais ou responsáveis dos alunos, matriculados no

ensino básico, tem o objetivo de garantir o direito à alimentação dos estudantes e auxiliar para que menos estudantes entrem em situação de insegurança alimentar e nutricional.

2.8. Apesar de obrigatório o fornecimento de frutas in natura e hortaliças, conforme Resolução CD/FNDE nº 26/2013, este processo de aquisição não prevê tal aquisição devido a dificuldade em distribuir as frutas semanalmente aos alunos, impossibilidade de manter as frutas armazenadas adequadamente, visto que o IFMT não está com atividades presenciais e que os campi não possuem área refrigerada que é importante para manter as frutas em boas condições de consumo.

2.9. A legislação eleitoral veda expressamente a doação de cestas básicas em ano eleitoral devido a doação de alimentos servir como compra de votos ou propaganda eleitoral extemporânea. porém, neste ano de 2020 está sendo diferente em decorrência do estado de calamidade pública decorrente da COVID-19.

Transcrevemos a seguir trecho da legislação:

Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997)

“Art. 39 (...) § 6º. É vedada na campanha eleitoral a confecção, utilização, distribuição por comitê, candidato, ou com a sua autorização, de camisetas, chaveiros, bonés, canetas, brindes, cestas básicas ou quaisquer outros bens ou materiais que possam proporcionar vantagem ao eleitor.”

“Art. 243. Não será tolerada propaganda: (...) que implique em oferecimento, promessa ou solicitação de dinheiro, dádiva, rifa, sorteio ou vantagem de qualquer natureza.”

2.10. No contexto de Pandemia a administração não encontrou outra forma de distribuir os alimentos a não ser pela distribuição destes kits visando garantir primeiramente a saúde de todos garantindo as medidas de Biossegurança necessárias envolvendo menos agentes possíveis para distribuição e garantindo direito de alimentação escolar constante na Constituição Federal aos estudantes principalmente aqueles que se encontram em situação de vulnerabilidade social.

2.11. Tal ação de forma alguma será utilizada para fins eleitoreiros ou uso promocional ou de campanha em favor de candidato, partido ou coligação seja nas eleições municipais ou nas eleições que ocorrem dentro da instituição para cargos de Direção, Reitor e ou colegiados diversos.

### 3. Área requisitante

3.1. Nome do setor Requisitante: Direção-Geral do Campus Avançado Diamantino

Responsável: Leandro Dias Curvo

3.2. Nome do setor Requisitante: Direção-Geral do Campus Avançado Sinop

Responsável: Gilma Silva Chitarra

### 4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1. São os seguintes requisitos necessários ao atendimento da necessidade:

4.1.1. Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável, o modelo, prazo de validade ou de garantia, número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

4.1.2. O prazo de validade dos produtos, na data da entrega, não poderá ser inferior a seis meses do prazo total recomendado pelo fabricante.

4.1.3. O kit deverá ser entregue em um único volume (embalagem) contendo todos os itens, juntamente com uma lista com a descrição e a quantidade de itens de acordo com o quadro deste item.

itens	Kit de gêneros alimentícios contendo:
1	01 kg de feijão carioca tipo I
2	02 kg de açúcar cristal;
3	01 kg de farinha de mandioca branca tipo I;
4	01 pacote de fubá (500g);
5	01 pacote de macarrão tipo espaguete, com ovos, de primeira qualidade (500g);
6	01 pacote de café (500g) tipo arábica, com selo ABIC e de primeira qualidade;
7	02 pacotes ou lata de leite em pó (200g cada) integral, enriquecido com vitaminas A, D, E e ferro;

8	01 frasco de óleo de soja (900 mL);
9	02 unidades de sardinha enlatada, de primeira qualidade (130g);
10	01 kg de sal refinado.
11	01 kg de farinha de trigo;
12	01 pacote de biscoito de maisena (400g);
13	01 pacote de biscoito cream cracker (400g)
14	05 kg de arroz branco polido tipo I;

**4.1.4** As cestas deverão estar em embalagem individual em PVC transparente, selada, isenta de sujidades e contaminantes.

## **5. Levantamento de Mercado**

5.1. O presente certame visa eventual aquisição de materiais de baixa complexidade com especificações usuais de mercado, amplamente ofertado por se tratar de alimentos da cesta básica. Portanto não se faz necessária ampla prospecção junto ao mercado de soluções que possa atender à demanda apresentada.

## **6. Descrição da solução como um todo**

6.1. A empresa vencedora deverá fornecer os produtos alimentícios (kits de alimentos) listados no item 4 para que a administração do IFMT distribua aos alunos do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – Campus Avançado Diamantino e Sinop utilizando, além de demais recursos disponíveis, dos recursos do PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar), com base na Lei nº 13.987, de 7 de abril de 2020.

6.2. Esses kits deverão ser entregues devidamente embalados nos endereços estabelecidos no Termo de referência.

## **7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas**

7.1. As quantidades estimadas são aquelas que constam no Documento de Formalização da Demanda.

## **8. Estimativa do Valor da Contratação**

8.1. A Instrução Normativa nº 73, de 05 de agosto de 2020, referente a pesquisa de preços:

8.1.2. Art. 5º A pesquisa de preços para fins de determinação do preço estimado em processo licitatório para a aquisição e contratação de serviços em geral será realizada mediante a utilização dos seguintes parâmetros, empregados de forma combinada ou não:

I - Pannel de Preços, disponível no endereço eletrônico [gov.br/paineldeprescos](http://gov.br/paineldeprescos), desde que as cotações refiram-se a aquisições ou contratações firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

II - aquisições e contratações similares de outros entes públicos, firmadas no período de até 1 (um) ano anterior à data de divulgação do instrumento convocatório;

III - dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que atualizados no momento da pesquisa e compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório, contendo a data e hora de acesso; ou

IV - pesquisa direta com fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que os orçamentos considerados estejam compreendidos no intervalo de até 6 (seis) meses de antecedência da data de divulgação do instrumento convocatório.

Optou-se pela pesquisa direta com fornecedores mesclado com pesquisas no painel de preços pelo fato do mercado possuir variações de preços e considerar o valor regional ofertado na tentativa de diminuir os riscos de fracasso ou desertificação do certame.

## **9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução**

9.1. No que se refere a formação de grupos, conforme já decidiu o Tribunal de Contas da União, “inexiste ilegalidade na realização de pregão com previsão de adjudicação por lotes, e não por itens, desde que os lotes sejam integrados por itens de uma mesma natureza e que guardem relação entre si”. (Acórdão 5.260/2011-1ª Câmara). Recente decisão do TCU corroborou esse entendimento, merecendo transcrição o trecho a seguir:

É lícito o agrupamento em lotes de itens a serem adquiridos por meio de pregão, desde que

possuam mesma natureza e que guardem relação entre si.

9.2. O objeto a ser adquirido ser composto exclusivamente de um único item.

9.3. A Administração, fundamentando-se em ponderações econômicas e gerenciais como ganho de escala ou mesmo gerenciamento contratual, entende que o parcelamento desse único item acarretará prejuízo ao conjunto do objeto, além de configurar perda na economia de escala.

9.4. Nesse sentido, constata-se que a atuação da administração está balizada de acordo com o art. 49, da mesma LC 123/2006, senão vejamos:

Art. 49. Não se aplica o disposto nos arts. 47 e 48 desta Lei Complementar quando:

(...) III - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

9.5. Sob esse enfoque, o fracionamento desse único item afetará a negociação, na medida em que devem ser levados em conta (i) a diluição do custo de logística, (ii) a redução de riscos de fornecimento e de eventuais problemas de integração, como a qualidade, a utilização, a uniformidade final do produto (KIT) e, além disto, (iii) a economia de escala.

## **10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes**

10.1. Não vislumbra-se contratações correlatas ou interdependentes para atender a execução desse objeto.

## **11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento**

11.1. A presente contratação encontra respaldo institucional conforme previsão no Plano de Desenvolvimento Institucional do IFMT 2019-2023, e consta no Plano Anual de Contratações PAC/PGC.

## **12. Resultados Pretendidos**

12.1. Promover aos estudantes o direito a alimentação previsto no PNAE com todo cuidado e precaução que a administração deve tomar durante a pandemia de COVID-19.

## **13. Providências a serem Adotadas**

13.1. Seguir todas as normas de higienização e sanitização recomendadas pelo Ministério da Saúde.

## **14. Possíveis Impactos Ambientais**

14.1. Não se vislumbra impactos ambientais em razão desta contratação.

## **15. Declaração de Viabilidade**

15.1. Informe abaixo a **viabilidade** do objeto deste ETP. Caso o projeto seja inviável, é obrigatório **informar a justificativa de inviabilidade**.

( X )Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME.

( )Esta equipe de planejamento declara **inviável** esta contratação com base neste Estudo Técnico Preliminar, consoante o inciso XIII, art 7º da IN 40 de 22 de maio de 2020, da SEGES/ME. pelas seguintes justificativas:

**Responsável(eis) pela elaboração do estudo preliminar:**

**Denis Marques Ferreira**  
Tecnólogo em Gestão Pública  
Siape 3012154

**Junior Rafael de Souza**  
Auxiliar de biblioteca  
Siape 2399508

Cuiabá, 21 de setembro de 2020.

Documento assinado eletronicamente por:

- **Denis Marques Ferreira, TECNOLOGO-FORMACAO**, em 21/09/2020 11:13:21.
- **Paulo Cesar Ferreira de Moraes, COORDENADOR - FG0001 - RTR-COM**, em 21/09/2020 11:48:03.
- **Junior Rafael de Souza, AUXILIAR DE BIBLIOTECA**, em 21/09/2020 11:51:00.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 18/09/2020. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifmt.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 93399  
Código de Autenticação: 5b2d910e72

